Ata da Reunião Ordinária do Conselho Fiscal do Instituto de Previd.dos Servi. Púb. de Paraopeba- IPREV PBA

Ata da reunião ordinária do Conselho Fiscal do IPREV PBA, realizada em 26 de março de dois mil e vinte e seis, às 17:00 horas, na sede do Instituto, sito à Rua Paula Freiras nº 110 – Centro – Paraopeba/MG, se fez presente o Conselho Fiscal composto por Raquel Duarte Nunes de Oliveira – Presidente, Claudia Regina Pinto, Mary Geralda Gomes de Paiva Moreira e Eloisa Ananias da Silva Nunes, Conselheiros nomeadas pelos Decretos n. 095/2025, 096/2025 e 097/2025, respsctivamente. Com a presença de todos, iniciou-se a reunião para analise dos documentos e pastas de Receita, Despesa referente o respectivo mês. Os balancetes de receitas e despesas, foram apresentados para apreciação dos conselheiros, os referidos documentos foram analisados pelos conselheiros presentes. Os Relatórios de Acompanhamento da Política de Investimentos e aplicações, bem como os Demonstrativos de Receitas e Despesas do referido mês, estão disponibilizados no site do instituto- www.iprevpba.mg.gov.br. O Comitê de Investimentos apresentou o PARECER COMINV nº 002/2026, referente ao mês de fevereiro de 2026, com as informações acerca do cenário econômico, com destaques aos principais pontos correlatos, mercado financeiro global e também com relação aos investimentos da carteira do Instituto no referido mês.

O principal destaque de fevereiro ainda foi sobre o caso Master. O ministro do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, deixou a relatoria da investigação sobre o Banco Master após questionamentos sobre sua atuação no caso e o envio de relatório da Polícia Federal ao presidente da Corte. A decisão foi tomada depois de reunião entre os ministros, que divulgaram nota afirmando não haver impedimento ou suspeição formal, mas, ainda assim, houve a troca do relator para preservar o andamento das apurações e evitar novos questionamentos.

O Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Pleno e da Pleno DTVM devido ao forte comprometimento da situação econômico-financeira, com deterioração da liquidez, descumprimento de normas regulatórias e desobediência a determinações da autoridade monetária. O conglomerado era de pequeno porte dentro do sistema financeiro, com participação muito baixa nos ativos e nas captações totais, o que reduz o risco sistêmico.

No campo inflacionário, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é a inflação oficial do Brasil, teve alta de 0,70% em fevereiro de 2025, informou o IBGE. O resultado foi influenciado principalmente pelo aumento de preços dos grupos de Educação e Transportes, pressionando o custo de vida das famílias.

Com esse resultado, o IPCA acumula alta de 3,81%, permanecendo dentro do intervalo da meta de inflação definido pelo Banco Central, mas ainda refletindo pressões inflacionárias em itens básicos do consumo. Apesar disso, o índice voltou a ficar abaixo dos 4%, se aproximando da meta de 3% estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

O índice Ibovespa teve um bom mês de fevereiro, renovando a máxima histórica para 192.624 pontos e, após algumas realizações de lucros e notícias internacionais, encerrou o mês em 188.787, uma alta de 4,09% no período.

Os dados do mercado de trabalho indicaram desempenho positivo nos números mais recentes do IBGE. A taxa de desemprego recuou para 5,1% no quarto trimestre, menor nível da série histórica, com queda em relação ao trimestre anterior e ao mesmo período do ano passado. A população desocupada diminuiu, enquanto a ocupação permaneceu em patamar elevado. Já o rendimento médio real dos trabalhadores apresentou alta, reforçando o quadro de mercado de trabalho aquecido.

A Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu, por seis votos a três, que o presidente Donald Trump não tinha autoridade legal para impor tarifas globais amplas com base na lei de emergências econômicas de 1977, usada por ele para justificar a medida. Os ministros entenderam que a criação de tarifas dessa magnitude é uma competência do Congresso e que o presidente extrapolou seus poderes ao adotar a política de forma unilateral. A decisão representa um duro revés para a principal estratégia comercial do governo, que havia aplicado taxas sobre importações de praticamente todos os parceiros comerciais e arrecadado centenas de bilhões de dólares com elas.

A escalada militar entre Estados Unidos e Irã intensificou a aversão ao risco nos mercados globais, após novos ataques a alvos estratégicos e o aumento das tensões no Oriente Médio, elevando os temores de um conflito de maior dimensão e de possíveis interrupções no fornecimento de petróleo. O avanço do confronto pressionou os ativos de risco, com bolsas internacionais em queda e fortalecimento de posições defensivas, enquanto o preço do petróleo e de outras commodities energéticas reagiu à perspectiva de restrição na oferta e de impacto sobre rotas relevantes de transporte.

O Banco Central Europeu (BCE) decidiu manter as principais taxas de juros inalteradas pela quinta reunião consecutiva, deixando a taxa de depósito em 2%, em linha com as expectativas dos mercados e com a postura cautelosa adotada desde meados de 2025. A decisão ocorreu em meio a sinais de que a inflação na zona do euro tem evoluído em direção ao objetivo de 2%, embora ainda esteja próxima dos níveis desejados, e em um contexto em que a economia da região mostra resiliência diante de desafios globais, como tensões geopolíticas e incertezas no comércio internacional.

Diante desse cenário, o portfólio do IPREV-PBA registrou uma rentabilidade de 0,96% em fevereiro, ficando abaixo da meta atuarial do período, que foi de 1,15%. Esse desempenho permitiu a carteira acompanhar ligeiramente o CDI, com a rentabilidade representando 111% da meta atuarial no acumulado de 2026.

O destaque do mês foi o fundo Itaú CIC Institucional Alocação Dinâmica, que apresentou a maior rentabilidade da carteira, com alta de 1,25%. Em contrapartida, o fundo Caixa FII Rio Bravo CXRI11 registrou o pior desempenho, com rendimento de -0,13%.

Em termos nominais, a carteira do IPREV-PBA obteve um ganho patrimonial de R$ 117.016,70 em fevereiro. No acumulado do ano, o rendimento totaliza R$ 709.082,98, elevando o patrimônio do Instituto para R$ 32.563.692,96.

Por fim, considerando o prazo de 2 anos para adequação, destaca-se que o portfólio esteve em conformidade com os limites estabelecidos pela Resolução CMN 5.272/2025, bem como com a política de investimentos vigente.

Em análise do conteúdo do respectivo relatório, este conselho pode concluir que foi bem elucidativo, podendo perceber de forma clara os impactos do cenário econômico nacional e internacional, tanto positivo como negativo em nosso portifólio e também como parâmetro para orientação ao COMINV, de forma a manter o monitoramento do mercado, buscando sempre as melhores opções, visando melhor proteção e ganhos da carteira do IPREV/PBA. Sendo assim, este Conselho Fiscal, opina em aprovar o referido relatório.

No mês de fevereiro houve concessão de aposentadorias para Gilson Maciel, Vanilza Militão da Silva Oliveira, Ricardo Soares Vazante, Paulo Roberto Abreu, Paulle Christie Vieira Garçoni de Souza, Osmando Zacarias da Silva, Marcia da Consolação Lima, Leidiana Aparecida de Freitas Ribeiro. Pensão Previdenciária para Merces Pires da Silva, em razão do falecimento do Sr. Galdino Pires de Souza e Marcelo Henrique de O. Silva, em razão do falecimento da Sra. Leila Rosa T. Silva. Demais informações estão afixadas no quadro de avisos do Instituto e devidamente publicadas no Diário Oficial de Paraopeba, sitio: www.paraopeba.mg.gov.br. Nada mais havendo a tratar, após ser lida, lavrou-se a presente ata, que assim os mesmos assinam. Paraopeba/MG, 26 de março de 2026.

Raquel Duarte Nunes de Oliveira.
Presidente

Mary Geralda Gomes de Paiva Moreira
Conselheira

Eloisa Ananias da Silva Nunes
Conselheira

Claudia Regina Pinto
Conselheira